



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 011/2022-SCC

Modalidade: pregão, na forma eletrônica.

Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de itens para atendimento da Coordenadoria de Cerimonial e Coordenadoria de Segurança da Casa Militar. (grupo/classe 22-02, 10-01, 14-07, 20-03, 71-01, 57-04).

Envio de proposta	A partir das 08:00 horas do dia 19/03/2022
Abertura da sessão	A partir das 13:30 horas do dia 01/04/2022
Início da disputa	A partir das 14:00 horas do dia 01/04/2022

OBSERVAÇÕES:

Qualquer interessado na licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet acessando o endereço eletrônico www.portaldecompras.sc.gov.br clicando diretamente no link do edital.

PARTICIPAÇÃO: os interessados em participar do pregão eletrônico deverão estar previamente credenciados junto ao Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina e qualificados para fornecimento do objeto ou serviço (Grupo-Classe) correspondente.

CADASTRO DE FORNECEDOR: O procedimento para inscrição no cadastro de fornecedores encontra-se disponível na página eletrônica da Secretaria de Estado da Administração endereço www.sea.sc.gov.br - “Licitações” - “Fornecedores” ou diretamente pelo endereço www.portaldecompras.sc.gov.br – “Fornecedores”.

QUESTIONAMENTOS:

- 1) Pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados, até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, nos endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br, quando optar por efetuar o download do edital como interessado ou e-lic.sc.gov.br, quando acessar o link do processo, selecionando painel de controle botão Fórum.
- 2) Fornecedores cadastrados, para esclarecimentos referentes ao processo licitatório, ao efetuar o login e acessar o link do processo, selecionando painel de controle botão Fórum.

IMPUGNAÇÕES: Qualquer pessoa, até dois dias úteis a abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório acessando os endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br ou <http://e-lic.sc.gov.br>, selecionando painel de controle botão Impugnações.

REFERÊNCIA DE TEMPO: As referências de tempo observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2022-SCC

A CASA CIVIL, com sede na Rodovia SC 401, 4.600, bloco III, 2º andar, Bairro Saco Grande – Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob nº 15.515.924/0001-06, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, na forma eletrônica, destinado a selecionar propostas para aquisição de itens para atendimento da Coordenadoria de Cerimonial e Coordenadoria de Segurança da Secretaria Executiva da Casa Militar (grupo/classe 22-02, 10-01, 14-07, 20-03, 71-01, 57-04), nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 – O pregão eletrônico será realizado por meio de disputa à distância em sessão pública, via Sistema Integrado de Licitações do Estado de Santa Catarina (LIC), módulo eletrônico (e-LIC).
- 1.2 – A comunicação será realizada utilizando recursos de tecnologia da informação pela INTERNET, mediante condições de segurança — criptografia e autenticação — em todas as etapas do certame.
- 1.3 – O pregão, na forma eletrônica, será conduzido com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado da Administração, por intermédio da Diretoria de Gestão de Licitações e Contrato/Autorização de Fornecimentos – DGLC,



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

que atuará como provedor do Sistema eletrônico para os órgãos integrantes do Sistema de Administração e Gestão de Materiais – SAGMS.

1.4 – Os trabalhos serão conduzidos por servidores de órgão ou entidade vinculado ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, denominados pregoeiro e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema LIC, módulo e-LIC, por acesso restrito com *login* e *senha* no endereço eletrônico <http://e-lic.sc.gov.br>.

1.5 – Envio de proposta: a partir das 08:00 horas do dia 19/03/2022.

1.6 – Abertura da sessão: a partir das 13:30 horas do dia 01/04/2022.

1.7 – Início da disputa: a partir das 14:00 horas do dia 01/04/2022.

1.8 – Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema eletrônico.

1.9 – Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:

Anexo I – Termo de Referência.

Anexo II – Modelo de proposta de preços eletrônica.

Anexo III – Informações da empresa vencedora para contratação.

Anexo IV – Minuta de Contrato/Autorização de Fornecimento

Anexo V – Declaração de isenção ICMS.

Anexo VI – Planilha de composição de preço

2 – DA LICITAÇÃO

2.1 – Do Objeto

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para aquisição para aquisição de itens para atendimento da Coordenadoria de Cerimonial e Coordenadoria de Segurança da Secretaria Executiva da Casa Militar (grupo/classe 22-02, 10-01, 14-07, 20-03, 71-01, 57-04), conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no **Anexo I** deste Edital (Termo de Referência).

OBS: Os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública e Sociedade de Economia Mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica-NF-e**, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, conforme a cláusula segunda do Protocolo ICMS 85 de 9 de julho de 2010; publicado no DOU de 14 de julho de 2010 pelo Decreto 411/10).

2.2 – Do Convênio ICMS nº 26/03

2.2.1 – De acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, o benefício da isenção do ICMS às empresas catarinenses está condicionado ao desconto no preço ao valor equivalente ao imposto dispensado e a indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda ou prestação de serviços; e à comprovação de inexistência de similar produzido no país, na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, conforme previsto no parágrafo 1º da Cláusula Primeira do Convênio CONFAZ nº 26/2003, ficando ressalvadas as hipóteses em que a isenção mencionada não se aplica nos termos previstos no Decreto Estadual nº 255, de 21/05/2003.

2.2.2 – Nos termos do Convênio ICMS 26/03, quando se tratar de operação interna relativa à aquisição de bens, **as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas de preços já com o valor líquido**, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

2.2.3 – Nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, o licitante deverá, obrigatoriamente, **informar a respectiva alíquota** via comunicação “CHAT”, caso seja o primeiro colocado, após sua habilitação.

2.2.4 – A isenção supracitada não se aplica a licitante vencedora, quando:

a) A aquisição for efetuada com empresa cadastrada no SIMPLES/Nacional;

b) A aquisição for efetuada com empresa sediada em outros estados;

c) O objeto adjudicado for sujeito ao regime de substituição tributária, desde que efetuado com estabelecimento substituído.

2.2.5 – Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual – GERG, da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site www.sef.sc.gov.br

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

3.2 – A participação é **EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, conforme determina o art. 48, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

3.3 – Não será admitida a participação de:

3.3.1 – Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

- 3.3.2 – Empresas em consórcio;
- 3.3.3 – Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;
- 3.3.4 – Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina – SEA, durante o prazo estabelecido para a penalidade;
- 3.3.5 – Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 3.3.6 – Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.
- 3.3.7 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:
- I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 3.3.8 - É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II do item 3.3.7, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.
- 3.3.9 - O disposto no item 3.3.7 não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.
- 3.3.10 - Considera-se participação indireta, para fins do disposto no item 3.3.7, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.
- 3.4 – A participação na licitação implica, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o Edital, automaticamente, na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste edital e seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, não cabendo, portanto, posterior reclamação.
- 3.5 - A verificação de eventual enquadramento na situação de que trata o subitem 3.3.5, será realizada mediante consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIs, pelo link <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>.

4 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

- 4.1 – Coordenar o processo licitatório;
- 4.2 – Receber, examinar e encaminhar as impugnações devidamente instruídas à autoridade superior;
- 4.3 – Receber, examinar e responder os questionamentos ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- 4.4 – Conduzir a sessão pública na internet;
- 4.5 – Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- 4.6 – Dirigir a etapa de lances;
- 4.7 – Verificar e julgar as condições de habilitação;
- 4.8 – Receber a documentação adicional quando necessário;
- 4.9 – Receber, examinar e encaminhar o recurso devidamente instruído à autoridade superior para deliberação;
- 4.10 – Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- 4.11 – Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação e contratação.

5 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

- 5.1 – As pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema eletrônico, emitida pelo sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina da Secretaria de Estado da Administração.
- 5.1.1 – Atribuição de chave de identificação e de senha, obtidas a partir da homologação do Cadastro Geral de Fornecedores, credenciará o interessado em participar do pregão eletrônico e o qualificará para fornecimento e envio de proposta eletrônica para o objeto correspondente ao grupo-classe indicado no **Anexo I**.
- 5.1.2 – Caso não consiga visualizar o processo para envio de proposta eletrônica, o credenciado precisa solicitar qualificação ao grupo-classe correspondente junto ao Cadastro Geral de Fornecedores.
- 5.2 – O procedimento para inscrição e alterações, no Cadastro Geral de Fornecedores, encontra-se disponível no site do Portal de Compras pelo endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br>, clicando em seguida no link “Fornecedores”.
- 5.3 – A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, correspondente ao seu grupo-classe registrado no Cadastro Geral de Fornecedores, para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Estado da Administração, devidamente justificada.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

5.4 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4.1 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do Sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso.

5.5 – O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao Sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5.1 – Para o correto funcionamento do Sistema recomendam-se os seguintes requisitos mínimos:

- a) Conexão de internet com velocidade nominal de 2MB ou superior;
- b) Navegador Internet Explorer 9 ou superior, Chrome ou Firefox;
- c) Javascript habilitado e POPUPS liberados (não bloqueados);
- d) Mensagens automáticas de portaldecompras@sea.sc.gov.br.

5.6 – É vedada a participação de usuário representante de duas ou mais empresas, para o mesmo item ou lote do processo, implicando na sua desclassificação e nas sanções legais previstas em Lei

6 – DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 – A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de acesso restrito e digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços, por meio do Sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

6.1.1 – O sistema de licitações estará disponível no endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br/> ou <http://e-lc.ciasc.gov.br/>, na área de acesso restrito.

6.2 – Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital.

6.2.1 – Quando a licitante for beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, deverá manifestar em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas na lei.

6.2.2 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação vigente aplicável à matéria.

6.2.3 – A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.2.4 – A licitante não poderá identificar-se (nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, site da empresa, etc.) nesta proposta comercial, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA MESMA.

6.2.4.1 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante, importa na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

6.3 – Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

6.4 – As licitantes deverão comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

6.5 – As licitantes deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

6.6 – O fornecedor descredenciado no Cadastro Geral de Fornecedores terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

7 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

7.1 – Iniciada a sessão pública do pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

7.2 – Verificando-se o adiamento da sessão pública do pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

7.3 – O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

7.4 – No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.5 – Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

8 – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

8.1 – Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, as licitantes interessadas deverão encaminhar proposta e, se for o caso, o respectivo Anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

8.2 – Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.3 – As licitantes receberão, por e-mail, comprovante de recebimento das suas propostas eletrônicas enviadas, com a indicação do dia e respectivo horário de registro.

8.4 – A proposta entregue não poderá ter prazo de validade inferior a 60 dias, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.

8.5 – Sob pena de desclassificação, a proposta eletrônica deverá ser preenchida:

a) O valor total por lote da licitação, expresso em reais, no campo “valor da proposta”;

8.5.1 – Caso seja solicitado, conforme **Anexo II** – modelo de proposta eletrônica de preços, deverá ser indicado o fabricante/representante, procedência e/ou modelo do objeto cotado no campo correspondente a cada item, sob pena de desclassificação.

8.5.1.1 – A licitante interessada em participar desta licitação deverá cadastrar, informar e manter endereço eletrônico (e-mail) para fins de comunicação com a Casa Civil até a finalização do processo licitatório e, ou, eventual Contrato/Autorização de Fornecimento.

8.5.2 – A proposta de preços com base nas especificações constantes deste edital, estará condicionada às informações cadastradas no Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores, que contém, obrigatoriamente, a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou “fac-símile” e endereço eletrônico (e-mail).

8.6 – As licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas, junto ao Cadastro Geral de Fornecedores, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via “CHAT” ou emitidas pelo Sistema junto ao seu endereço eletrônico (e-mail).

8.7 – Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento e instalação do objeto, bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o mesmo.

8.7.1 – Excluem-se da exigência:

a) As empresas catarinenses, que devem enviar as suas propostas de preços já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

b) As demonstrações de custos referentes ao IRPJ (imposto de renda da pessoa jurídica) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido).

8.8 – A proposta da licitante vencedora deverá ser readequada no próprio Sistema eletrônico, após encerramento da sessão, objetivando a emissão do Contrato/Autorização de Fornecimento, nota de empenho e do documento fiscal, observado o que consta no subitem 2.2.

9 – DA ABERTURA DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

9.1 – A partir do horário previsto no edital terá início a sessão pública do pregão eletrônico momento o qual o Sistema disponibilizará campo próprio (*CHAT*) para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

9.2 – O pregoeiro verificará propostas eletrônicas de preços apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

9.2.1 – A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.1.2 – O fornecedor que tiver a sua proposta desclassificada, terá o tempo de 05 (cinco) minutos para solicitar reconsideração, findo o qual, o pregoeiro irá analisar a justificativa, fundamentando sua decisão.

9.2.2 – O Sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

9.2.3 – As propostas apresentadas com o mesmo valor serão ordenadas automaticamente pelo sistema, por meio de sorteio eletrônico.

9.3 – A partir do horário previsto no edital o pregoeiro dará início à etapa da disputa.

9.3.1 – O pregoeiro abrirá o item/lote quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do Sistema eletrônico.

9.3.2 – Será considerada como primeiro lance a proposta inicial apresentada.

9.4 – As licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro, visualizando seu horário e valor no link “histórico de lances”.

9.5 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos somente inferiores ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

9.5.1 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

9.6 – Somente a licitante de menor lance dentre os ofertados, e enquanto mantiver esta situação, visualiza em tempo real o ícone “troféu”.

9.7 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.7.1 – O Sistema não identificará os autores dos lances podendo visualizar valores e horários registrados no link “histórico de lances”.

9.8 – O pregoeiro abrirá os itens/lotes para a recepção de lances, conforme estabelecido no edital.

9.8.1 – Após aberto os itens/lotes da sessão pública para disputa, a recepção de lances terá duração mínima de 5 (cinco) minutos, e será encerrada por decisão do pregoeiro.

9.8.2 – O Sistema eletrônico emitirá aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.8.3 – Depois de encerrados, automaticamente, os itens/lotes para a recepção de lances, por comando do pregoeiro, encerrar-se-á a fase competitiva (etapa da disputa) e o Sistema eletrônico emitirá aviso via *CHAT* iniciando as fases de negociação, aceitabilidade e habilitação.

9.9 – O Sistema, automaticamente, verificará os requisitos para a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006. Na sequência o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.9.1 – Poderá o pregoeiro, antes de anunciar o vencedor, encaminhar, pelo Sistema eletrônico, contraproposta diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

9.9.2 – A negociação será realizada por meio do Sistema de troca de mensagens (*CHAT*), podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3 – Sendo primeira colocada do item ou lote empresa que se enquadre na isenção de ICMS, prevista no convênio nº 26/03, esta deverá **informar a respectiva alíquota**, via comunicação “*CHAT*”, após sua habilitação.

9.4 – Os licitantes que se utilizarem da base de cálculo do ICMS reduzida, deverão comprovar por meio de documento, expedido pela Secretaria de Estado da Fazenda nos termos do RICMS/SC, que fruem do Benefício Fiscal.

9.5 – A alíquota do ICMS a ser aplicada será aquela fixada para as operações internas de origem, conforme disposto no art. 155, inciso VII, alínea “b” da Constituição Federal.

9.6 – Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual – GERG, da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site www.sef.sc.gov.br

9.7 – Iniciada a etapa de habilitação da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá atender as exigências de habilitação previstas no item 10 deste edital.

9.8 – O Sistema anunciará a licitante vencedora após adjudicação, ou, quando houver recursos, após a homologação.

9.9 – Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital.

10 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF:

10.1.1 – A habilitação dos licitantes será analisada por meio do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, emitido pela DGLC – Diretoria de Gestão de Licitações e Contrato/Autorização de Fornecimentos, da Secretaria de Estado da Administração, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação, para verificação da regularidade nos documentos por ele abrangidos, devendo apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas.

10.1.1.1 – O CCF que apresentar Situação Cadastral com alguma restrição nos documentos por ele abrangidos, a licitante mais bem classificada, deverá inserir o documento hábil correspondente, como Anexo, no Sistema eletrônico ou, excepcionalmente, enviado para o endereço eletrônico informado pelo pregoeiro, em até 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação do pregoeiro, via “*CHAT*”.

10.2 – Ainda considerados documentos de habilitação, a empresa deverá apresentar:

a) prova de regularidade para com a Fazenda do Estado de Santa Catarina, por meio da **Certidão Negativa de Débitos do Estado de Santa Catarina**, disponível para emissão no seguinte endereço: <https://tributario.sef.sc.gov.br/tax.NET/Sat.CtaCte.Web/SolicitacaoCnd.aspx>.

b) registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou Contrato/Autorização de Fornecimento social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, contendo nome e CPF do sócio majoritário, para atendimento do item 10.6 deste Edital.

10.2.1 – Os documentos exigidos para habilitação, que não estejam contemplados no CCF, deverão ser apresentados por meio eletrônico, após convocação do pregoeiro no Sistema eletrônico via “*CHAT*”, em até 60 (sessenta) minutos, inseridos como Anexos no Sistema eletrônico ou no endereço eletrônico informado pelo pregoeiro.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

10.2.2 – O pregoeiro ou equipe de apoio, verificará, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, a autenticidade dos documentos solicitados e enviados, constituindo meio legal de prova.

10.3 – Da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte:

10.3.1 – O CCF das microempresas e empresas de pequeno porte que apresentar situação cadastral com alguma restrição nos documentos correspondentes a regularidade fiscal e trabalhista por ele abrangidos, o pregoeiro ou equipe de apoio comunicará por meio eletrônico, a obrigatoriedade do encaminhamento de documento hábil correspondente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.3.1.1 – A regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, que apresentem restrição no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, poderá ser comprovada, com o encaminhamento de documento hábil no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.3.1.2 – O prazo para a regularização e envio da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, corresponderá de início o momento em que o proponente for considerado inabilitado do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

10.3.1.3 – A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato/Autorização de Fornecimento/autorização de fornecimento ou revogar a licitação.

10.4 – Os comprovantes de regularidade fiscal exigidos deverão apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

10.5 – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.6 – O pregoeiro fará, durante a fase de habilitação, a verificação por meio de consulta on-line:

10.6.1 – Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

10.6.2 – Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.6.3 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.7 – Após o envio dos documentos, o pregoeiro verificará nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, os documentos correspondentes, constituindo meio legal de prova.

10.8 – A empresa vencedora deverá, obrigatoriamente, enviar, por meio eletrônico, as informações constantes do **Anexo III**, pelo Sistema eletrônico ou pelo endereço informado pelo pregoeiro, no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir da data da convocação do pregoeiro, bem como encaminhar o **Anexo VI** – Planilha de composição de preço, para confecção do Contrato/Autorização de Fornecimento.

11 – JULGAMENTO

11.1 – Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos em conformidade com este edital, apresentar o “**MENOR PREÇO POR LOTE**”.

11.2 – Se a licitante primeira classificada, após a fase de negociação, quando solicitado, não apresentar documento adicional e/ou amostra, e, quando apresentado, os mesmos não atenderem ao exigido no edital a licitante terá sua proposta desclassificada.

11.3 – Se a licitante primeira classificada não apresentar a situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante.

11.4 – No caso do subitem 11.2 e 11.3, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

11.5 – Quando na especificação do objeto forem estabelecidas medidas aproximadas, no julgamento serão adotadas as variações admitidas pela ABNT, limitados à margem superior ou inferior de 10% (dez por cento).

11.6 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

11.7 – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

12 – DAS IMPUGNAÇÕES

12.1 – Qualquer pessoa, até dois dias úteis antes da abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório **obrigatoriamente** por meio do Sistema eletrônico, no espaço destinado ao REGISTRO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

12.1.1 – Fornecedores cadastrados podem optar ao efetuar o login, acessando o processo eletrônico, botão IMPUGNAÇÃO.

12.1.2 – Excepcionalmente, caso o sistema apresente problema, a impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licita@casacivil.sc.gov.br, desde que devidamente assinado.

12.2 – O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro da impugnação, inserir Anexos na aba correspondente.

12.3.1 – As impugnações registradas no Sistema, com ou sem anexos, constituem meio legal de prova, não sendo obrigatório o encaminhamento do original.

12.4 – Não serão aceitos quaisquer documentos senão pelo Sistema eletrônico.

13 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 – Após a fase de habilitação, encerrados os itens/lotes e declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, de forma imediata e motivada, **em campo próprio do Sistema**, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

13.1.1 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 13.1, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13.1.2 – Para fins deste edital considera-se “imediata”, a manifestação realizada **no prazo de 30 (trinta) minutos**, contado a partir do encerramento da fase de habilitação.

13.2 – O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.3 – O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro do recurso, inserir Anexos antes de fechar a janela.

13.3.1 – Os recursos registrados no Sistema constituem meio legal de prova, desde que devidamente assinados.

13.4 – Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal.

13.5 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13.6 – No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata via *CHAT* e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14 – DA CONTRATAÇÃO

14.1 – A celebração do Contrato/Autorização de Fornecimento será formalizada com o órgão requisitante, consoante minuta que constitui o **Anexo IV** deste Edital.

14.2 – Da convocação para assinatura do Contrato/Autorização de Fornecimento:

14.2.1 – Transcorrido o prazo recursal, adjudicado o objeto e homologado o resultado, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, assinar o Contrato/Autorização de Fornecimento.

14.2.1.1 – A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato/Autorização de Fornecimento, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

14.2.1.2 – Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinar o Contrato/Autorização de Fornecimento, o órgão/entidade requisitante cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e neste edital.

14.2.2 – Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato/Autorização de Fornecimento e/ou retirar a Autorização de Fornecimento – AF, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

14.2.3 – É vedada a formalização de Contrato/Autorização de Fornecimentos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, pela Administração Pública estadual direta ou indireta, com as empresas inseridas no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme o art. 2º da Lei Estadual nº 16.493, de 5 de dezembro de 2014.

14.3 – Da execução do Contrato/Autorização de Fornecimento:

14.3.1 – São partes integrantes do Contrato/Autorização de Fornecimento a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus Anexos e quaisquer complementos, bem como os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

14.3.2 – Quaisquer atos ou ações praticadas por empregados, prepostos ou contratados da Contratada, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

14.3.3 – São de responsabilidade da Contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente edital e à execução do Contrato/Autorização de Fornecimento.

14.3.4 – A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

14.4 – Da rescisão contratual:

14.4.1 – A rescisão do Contrato/Autorização de Fornecimento poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

14.4.1.1 – Da rescisão contratual decorrerá o direito de a Contratante, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao Contrato/Autorização de Fornecimento até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no Contrato/Autorização de Fornecimento e em lei, para a plena indenização do erário.

14.4.2 – As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Contrato e/ou Autorização de Fornecimento – AF e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

14.5 – Dos direitos da Administração:

14.5.1 – Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.6 – Do reajuste de preço:

14.6.1 – Na hipótese de prorrogação, este Contrato/Autorização de Fornecimento poderá ser reajustado por acordo entre as partes, com base no artigo 40, inciso XI, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier substituí-lo, conforme determinação contida no artigo 2º da Lei nº. 10.192/01, que dispõe sobre as medidas complementares do Plano Real.

14.7 – Da alteração do Contrato/Autorização de Fornecimento:

14.7.1 – O Contrato/Autorização de Fornecimento a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.7.1.1 – A contratada fica obrigada a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do Contrato/Autorização de Fornecimento, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

14.8 – De vigência do Contrato/Autorização de Fornecimento:

14.8.1 - O prazo de vigência do Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da sua assinatura.

14.9 – Da fiscalização do Contrato/Autorização de Fornecimento:

14.9.1 - A fiscalização, aceitação e rejeição da prestação de serviços, serão realizadas pelo Coordenador de Cerimonial da Secretaria Executiva da Casa Militar, que atentará ao que se encontra definido neste edital.

14.10 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do Contrato/Autorização de Fornecimento;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do Contrato/Autorização de Fornecimento, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

15 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 – O pagamento da presente licitação correrá a conta dos recursos consignados no orçamento do(a):

Unidade Orçamentária	41001	Casa Civil
Subsação	15092	Gestão e manutenção dos serviços administrativos gerais da Casa Militar -



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

		SCM
Item Orçamentário	33.90.30 33.90.31 44.90.52	Material de Consumo Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras Equipamentos e Material permanente
Fonte de Recurso	0100	Ano 2021

16 – DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

16.1 – As despesas resultantes do presente pregão serão pagas de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora, observado o que consta neste edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

16.1.1 – Em sendo vencedora licitante catarinense, para a emissão da nota fiscal, será observado o valor cotado sem a incidência do ICMS, caso seja aplicável.

16.2 – O pagamento será:

16.2.1 – Efetuado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Casa Civil, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento e/ou Contrato/Autorização de Fornecimento;

16.2.3 – Realizado por intermédio do Banco do Brasil, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente à entrega da Nota Fiscal da prestação dos serviços/aquisição dos materiais, desde que certificada pelo fiscal do Contrato/Autorização de Fornecimento e comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, com a apresentação dos os seguintes documentos:

I – Certidão de Débitos expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II – Certidão de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;

III – Certidão Negativa de Débitos Estadual, de Santa Catarina e do Estado sede da empresa;

IV – Certidão Negativa de Débitos Municipal, do Município sede da empresa;

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

16.2.3.1 – A não apresentação dos documentos enunciados no subitem anterior implicará na suspensão do pagamento até sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

16.3 – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à Contratante ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

16.4 – O pagamento da fatura será sustado se verificada execução defeituosa do Contrato/Autorização de Fornecimento/autorização de fornecimento e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

16.5 – A alíquota do ICMS a ser aplicada será considerada aquela fixada para as operações internas no estado de origem, conforme disposto no artigo 155, inciso VII, alínea “b” da Constituição Federal.

16.6 – Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela Contratante, sem que haja culpa da Contratada, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

17 – DAS SANÇÕES:

I – Advertência:

A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando a contratada descumprir qualquer obrigação.

II – Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso da não entrega do objeto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do Contrato/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato/Autorização de Fornecimento, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o Contrato/Autorização de Fornecimento/autorização de fornecimento;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não manter a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do Contrato/Autorização de Fornecimento/autorização de fornecimento;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal.

IV - Declaração de inidoneidade:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública.

17.2 – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada.

17.3 – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

17.4 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

17.5 – Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – Pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados, até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, nos endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br, quando optar por efetuar o download do edital como interessado ou e-lic.sc.gov.br, quando acessar o link do processo, selecionando painel de controle botão Fórum.

18.3 – É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.4 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.5 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do Contrato/Autorização de Fornecimento que se fizerem necessários, por conveniência da contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem direito a qualquer indenização.

18.6 – A Casa Civil – SCC poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.7 – O presente edital e seus anexos poderão ser alterados, pela Casa Civil – SCC, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas Eletrônicas e Documentos Adicionais.

18.8 – Caso ocorram alterações neste edital, as mesmas serão disponibilizadas no site <http://www.scc.sc.gov.br/>, por intermédio do link “Licitações” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>, e ainda, enviadas aos interessados registrados.

18.9 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.10 – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Florianópolis-SC, data da assinatura digital.

assinado digitalmente
ERON GIORDANI
Chefe da Casa Civil



ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2022-SCC

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE ITENS PARA ATENDIMENTO DA COORDENADORIA DE CERIMONIAL E COORDENADORIA DE SEGURANÇA DA CASA MILITAR

1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a aquisição de itens para o atendimento da Coordenadoria de Cerimonial e Coordenadoria de Segurança da Casa Militar, do Governo do Estado de Santa Catarina.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

Lote I - Bandeiras	
Descrição	Quantidade
Item I - Bandeira oficial da República Federativa do Brasil 90cm X 128cm, impressão digital.	20
Item II - Bandeira oficial do Estado de Santa Catarina 90cm X 128cm, impressão digital.	20

Justificativa da aquisição: As bandeiras oficiais do Brasil e de Santa Catarina são utilizadas pelo Cerimonial na organização de um (a) evento/solenidade oficial, sendo colocadas sempre no local de destaque em que as autoridades se posicionarão. Também são usadas no interior do Gabinete do Governador, do Chefe da Casa Militar, etc. Além disso, as bandeiras de Santa Catarina são utilizadas, ainda, quando do falecimento de grandes autoridades para o Estado, eis que são dispostas sobre o caixão em velórios e enterros.

Lote II – Base e Mastro	
Descrição	Quantidade
Item I - Base de madeira modular com revestimento laminado na cor cerejeira, com canopla de metal para o encaixe de 5 mastros.	2
Item II - Mastro desmontável em alumínio cromado com ponteira modelo lança, altura 2,20 a 2,30m, compatível com a Base de madeira modular constante neste lote.	10
Justificativa da aquisição: As bandeiras oficiais do Brasil e de Santa Catarina são utilizadas pelo Cerimonial do Governo em local de destaque na organização de um (a) evento/solenidade, assim como no interior do Gabinete do Governador, do Chefe da Casa Militar etc. Para que as bandeiras consigam ser utilizadas, o conjunto “mastro e base” é indispensável. Isto porque a bandeira precisa ser hasteada junto ao mastro. Os mastros e bases são para uso interno, e devem ser compatíveis com as bandeiras descritas no Lote III deste termo de referência.	

Lote III – Cinta elástica	
Descrição	Quantidade
Item I - Cinta elástica preta com aplicação em veludo, largura 5cm e comprimento 60cm, com personalizado em silk dourado, fonte arial. Personalizado: “Primeira-Dama”.	2
Item II - Cinta elástica preta com aplicação em veludo, largura 5cm e comprimento 60cm, com personalizado em silk dourado, fonte arial. Personalizado: “Governador”.	3
Item III - Cinta elástica preta com aplicação em veludo, largura 5cm e comprimento 60cm, com personalizado em silk dourado, fonte arial. Personalizado: “Secretário (a)”.	10
Item IV - Cinta elástica preta com aplicação em veludo, largura 5cm e comprimento 60cm, com personalizado em silk dourado, fonte arial. Personalizado: “Reservado”.	40



ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Lote III – Cinta elástica

Justificativa da aquisição: As cintas elásticas personalizadas serão utilizadas nos eventos e solenidades oficiais, organizados pelo Cerimonial do Governo do Estado, em locais em que o público convidado ocupar assento, como por exemplo, auditórios, teatros, ou até mesmo locais preparados com cadeiras para os convidados. As cintas substituirão folhas impressas com a escrita: “reservado autoridade”, otimizando a organização do espaço e consequentemente enobrecendo a decoração.

quantitativos: 02 un



PRIMEIRA-DAMA



quantitativos: 03 un



GOVERNADOR



quantitativos: 10 un



SECRETÁRIO



quantitativos: 40 un



RESERVADO



Descrição do Produto:
Cinta elástica preta com aplicação em veludo
Largura 5cm e Comprimento 60cm – com personalizado em silk dourado

Lote IV – Pedestal organizador

Descrição	Quantidade
Pedestal organizador de fila com sistema de auto encaixe para fita retrátil. Material: aço inox cromado. Altura: de 90 a 96cm. Diâmetro do tubo de 8cm, base redonda com diâmetro de 30 a 35cm. Fita (poliéster) retrátil com largura de 5cm e comprimento de 2m na cor preta lisa.	30
Justificativa da aquisição: A aquisição deste material faz-se necessária para a sua utilização em eventos oficiais do governo do Estado, de modo a organizar o espaço dos mesmos, delimitando locais de público, autoridades, e convidados - garantindo os limites e a segurança dos envolvidos. A referida aquisição já era necessária, e em razão da pandemia faz-se ainda mais necessária, pois é um dispositivo que permitirá assegurar ainda melhor o distanciamento social em situações em que serão realizados atos de governo com convidados.	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Lote IV – Pedestal organizador



Lote V – Pasta almofadada

Descrição	Quantidad e
Item I - Pasta almofadada em couro sintético na cor preta no tamanho 37,5cm x 27cm, costura reta, com quatro cantoneiras douradas, fechamento com zíper (conforme imagem 2), brasão do Governo do Estado de Santa Catarina e inscrição Cerimonial em baixo relevo na parte frontal (conforme imagem 1). Interior da pasta lado esquerdo com bolso lateral com subdivisões (conforme lado esquerdo da imagem 3) e no lado direito apenas com bolso na parte de baixo (conforme lado direito da imagem 3, mas sem os elásticos superiores).	12
Item II - Pasta almofadada em couro sintético na cor preta no tamanho 37,5cm x 27cm, costura reta, com quatro cantoneiras douradas, brasão do Governo do Estado de Santa Catarina e inscrição “Cerimonial” em baixo relevo na parte frontal (conforme imagem 1). Interior da pasta lado esquerdo e lado direito com 4 pontos de elástico nos cantos (seguir conforme o lado direito da imagem 4 nos dois lados).	50
Item III - Pasta almofadada em couro sintético na cor preta no tamanho 37,5cm x 27cm, costura reta, brasão do Governo do Estado de Santa Catarina em baixo relevo na parte frontal, centralizado (conforme imagem 1, mas, no lugar da escrita ceremonial, escrever Governo do Estado de Santa Catarina). Interior da pasta lado esquerdo com bolso lateral com subdivisões (conforme lado esquerdo da imagem 5) e no lado direito com elásticos (conforme lado direito da imagem 5).	
Justificativa da aquisição: As pastas são utilizadas para o trabalho operacional da equipe que compõe o Cerimonial do Governo do Estado. Cada integrante da equipe necessita, como material fundamental de trabalho, uma pasta para armazenar e transportar diversos materiais como cartões de autoridades, canetas, manual de ceremonial, folhas de papel etc., para que possa atender ao Governador de maneira técnica e eficiente. Além disso, são utilizadas para colocar documentos que serão assinados pelo Governador e/ou Secretários de Estado, durante solenidades organizadas pelo Cerimonial do Governo do Estado, trazendo uma padronização e identificação do Governo.	

Imagen 1:





**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Imagen 2:



Imagen 3:



Imagen 4:



Imagen 5:





ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Lote VI – Almofada	
Descrição	Quantidade
Almofadas rígida para “boussole” em tecido veludo na cor vermelha, tamanho 30 x 40 cm, com debrum.	6
Justificativa da aquisição: A referida aquisição será utilizada para acomodar as condecorações concedidas pelo Governo do Estado em cerimônias de entrega aos homenageados, além de itens a serem entregues em cerimônias oficiais, como chaves de viaturas/carros oficiais, placas da inauguração, e homenagens diversas. Atualmente, o Governo do Estado de Santa Catarina possui seis condecorações oficiais, quais sejam: Medalha do Mérito “Anita Garibaldi”, Medalha do Mérito Cultural “Cruz e Sousa”, Medalha do Mérito Funcional “Alice Guilhon Gonzaga Petrelli”, Medalha do Mérito “Jerônimo Francisco Coelho”, Medalha “Zilda Arns Neumann” e Medalha do Mérito “Governador Luiz Henrique” que são entregues de forma oficial, acomodadas em local próprio.	



Lote VII – Display com adesivo	
Descrição	Quantidade
Item I - Display de acrílico transparente, espessura de 0,3mm e diâmetro de 15cm e impressão de adesivos. Adesivo Fosco – semi corte redondo, com a seguinte descrição na cor preta: “Primeira-Dama”.	2
Item II - Display de acrílico transparente, espessura de 0,3mm e diâmetro de 15cm e impressão de adesivos. Adesivo Fosco – semi corte redondo, com a seguinte descrição na cor preta: “Governador”.	3
Item III - Display de acrílico transparente, espessura de 0,3mm e diâmetro de 15cm e impressão de adesivos. Adesivo Fosco – semi corte redondo, com a seguinte descrição na cor preta: “Secretário (a)”.	15
Item IV - Display de acrílico transparente, espessura de 0,3mm e diâmetro de 15cm e impressão de adesivos. Adesivo Fosco – semi corte redondo, com a seguinte descrição na cor preta: “Reservado”.	30
Justificativa da aquisição: Os displays são utilizados em eventos do governo a fim de melhor organizar as autoridades presentes, em local de destaque, ou palco, demarcando os seus lugares ao chão.	





**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Lote VIII – Porta banner	
Descrição	Quantidade
Porta Banner em alumínio com garras. Base tipo tripé. Altura: regulável, possibilitando altura máxima de 2,50 metros.	5
Justificativa da aquisição: Publicidade por banner em eventos do governo, onde podem ocorrer eventos concomitantemente e/ou a utilização de mais de um porta banner por evento.	

3. DA FORMA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 – Os materiais deverão ser entregues de forma integral na Secretaria Executiva da Casa Militar – Coordenadoria de Cerimonial, localizada na Rodovia SC 401, KM 5, nº 4.600 – Bloco 3 – Centro Administrativo – Bairro Saco Grande, no período das 13:00 às 19:00 horas.

3.2 – O prazo de entrega dos materiais serão conforme a seguir:

- a) Lote I: **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da assinatura do contrato/Autorização de Fornecimento.
- b) Lote II: **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da assinatura do contrato/Autorização de Fornecimento.
- c) Lote III: **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da assinatura do contrato/Autorização de Fornecimento.
- d) Lote IV: **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da assinatura do contrato/Autorização de Fornecimento.
- e) Lote V: **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da assinatura do contrato/Autorização de Fornecimento.
- f) Lote VI: **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir da assinatura do contrato/Autorização de Fornecimento.
- g) Lote VII: **8 (oito) dias úteis**, contados a partir da assinatura do contrato/Autorização de Fornecimento.
- h) Lote VIII: **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da assinatura do contrato/Autorização de Fornecimento.
- i) Lote IX: **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da assinatura do contrato/Autorização de Fornecimento.

3.3 - Todos os materiais, incluindo seus itens acessórios, deverão ser novos, de primeiro uso, e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens lacradas, no local indicado pelo contratante, sem ônus adicional.

3.4 – O material adquirido e/ou serviço executado estará sujeito a amplo teste de qualidade e funcionamento, reservando-se à contratante o direito de rejeitá-lo no todo ou em parte, obrigando-se a empresa a promover sua substituição sem qualquer ônus adicional, sujeitando-se à cobrança de custas de depósito e à aplicação de penalidades.

3.5 – O contratado deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ainda que tenha sido recebido definitivamente o objeto do contrato/Autorização de Fornecimento.

3.6 – O aceite do objeto pela contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do objeto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.7 – O objeto contratado deve estar de acordo com as especificações licitadas, apresentadas e aceitas.

3.8 – A contratada poderá solicitar prorrogação do prazo de entrega ou execução do serviço, até o vencimento, mediante exposição de motivos, a ser analisada pela contratante.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 – Fornecer o objeto, de acordo com as especificações constantes no Anexo I do edital do Pregão Eletrônico, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação aplicável.

4.2 - Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos.

4.3 – Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela contratante quando da entrega do produto.

4.4 – A contratada deverá sanar a irregularidade dentro do prazo que for estabelecido ou apresentar manifestação no prazo estabelecido na notificação emitida.

4.5 – Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade ao Órgão Fiscalizador ou ao acompanhamento pelo contratante.

4.6 – Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela administração pública.

4.7 – Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

4.8 – Entregar o objeto pelo preço contratado, sem nenhum custo adicional (seguros, impostos e taxas, transporte, frete ou qualquer outro encargo necessário à execução do objeto do Contrato), no prazo estabelecido pela contratante.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1 – Gerenciar o Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento, em conformidade com a legislação vigente.
- 5.2 – Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento.
- 5.3 – Encaminhar para pagamento, após a devida conferência dos quantitativos e valores faturados pela contratada.
- 5.4 – Efetuar os pagamentos referentes aos serviços prestados pela contratada.
- 5.5 – Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.6 – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.
- 5.7 – Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades que porventura sejam observadas no material fornecido.

6. GARANTIA DO PRODUTO

A contratada deverá prestar garantia mínima de 12 (doze) meses para o(s) produto(s) presente no(s) lote(s) contratado(s), contra quaisquer defeitos de fabricação, a contar da data do recebimento, durante os quais caberá à Contratada reparar ou substituir, sem ônus para a Contratante, o bem que acuse defeito de fabricação, que porventura deva apresentar.

- I - Durante o período de garantia a contratada deverá encarregar-se e responsabilizar-se pela retirada, embalagem, frete, entrega do produto sem qualquer ônus à contratante.
- II - Caso o material ofertado apresente defeito de fabricação a contratada deverá providenciar a sua troca no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

7. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A contratante exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto do Contrato.

- a) A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Coordenador de Cerimonial da Casa Militar – SCM, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.
- b) A fiscalização exercida pelo fiscal do contrato, não reduz nem exclui a responsabilidade da contratante, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.
- c) O fiscal designado, anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2022-SCC

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

PORTAL DE COMPRAS - AMBIENTE DE HOMOLOGAÇÃO - Windows Internet Explorer

<http://licitacao.casf.gov.br/Homologacao/com/detalheProcesso.aspx?processo=39139602>

Governo do Estado Santa Catarina
Portal de Compras

Arquivo Negociação Ajuda

Edital Pregão Eletrônico PE-30/2011 - Nº do processo PE-30/2011 - teste para o Isak

16/03/2011 16:51:25 | 1 SOCP-UTIA

Ações: Selecionar/Desselecionar todos | Enviar proposta(s) | Cancelar proposta(s) | Voltar à pesquisa | Tempo para propostas: 33 dias 01:09:25

1 obras de arte

#	Descrição	Marca	Modelo	Procedência	Valor da proposta (R\$)
1	Acervo histórico - diversos objetos de sociedade			Selezione	

2 pratos

#	Descrição	Marca	Modelo	Procedência	Valor da proposta (R\$)
2	Acervo histórico - diversos pratos decorativos em porcelana			Selezione	

Panel de controle

- Imprimir
- Resumo do edital
- Edital na Integra e
acesso
- Relatório
- Forum
- Recursos
- Intendentes de recursos

Concluído

Internet 100% 100%

*Esta imagem (.jpeg) é meramente ilustrativa e poderá não contemplar todas as atualizações que possam ser implementadas no Sistema (*updates*), como layouts e campos informativos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO 011/2022-SCC**

INFORMAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA PARA CONTRATAÇÃO

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Telefone: ()

E-Mail:

Banco:

Agência (com dígito):

Conta:

Representante legal/Nome:

CPF:

Cargo/Função na empresa:

Telefone: () Celular: ()

Local e data,

NOME, CARGO E ASSINATURA
DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO 011/2022-SCC

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 0..../2021-SCC

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA
CERIMONIAL, QUE CELEBRAM O ESTADO DE SANTA
CATARINA, POR MEIO DA CASA CIVIL E A
EMPRESA

O ESTADO DE SANTA CATARINA, por meio da CASA CIVIL, com sede na Rodovia SC 401, nº. 4.600, Saco Grande, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.515.924/0001-06, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Chefe, portador do CPF nº. e de outro lado a empresa, estabelecido no(a), inscrito no CNPJ sob o nº., doravante denominado CONTRATADA, neste ato representada por, portador do CPF nº., firmam o presente instrumento de contrato, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Estadual nº. 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº. 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas seguintes cláusulas e condições, suas alterações posteriores e com base no, demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa para aquisição de para atendimento da Coordenadoria de Cerimonial da Secretaria Executiva da Casa Militar, de acordo com a proposta apresentada pela Contratada no, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no edital e seus Anexos, que ficam fazendo parte deste instrumento.

§ 1º – São partes integrantes deste contrato, como se transcritos estivessem, o edital de licitação e seus Anexos, a proposta, os documentos e informações apresentadas pela licitante CONTRATADA e quaisquer complementos que deram suporte ao julgamento da licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Preço, das Condições de Pagamento, Atualização por Inadimplemento e do Reajuste

Do Preço

§1º - O valor global do contrato será de (.....), que foi composto conforme tabela a seguir:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Total				

Das Condições de Pagamento

§2º – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor estipulado neste instrumento, até o vigésimo dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, contados da data de aceite do objeto, na conta corrente da Contratada:, mediante:

I - Apresentação da Nota Fiscal e Fatura discriminativa dos serviços/produtos;

II – O pagamento será realizado por intermédio do Banco do Brasil, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada (Lei Estadual nº17.516/2018), e ainda com a apresentação dos seguintes documentos:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

a) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e para com a Dívida Ativa da União, mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

b) Certidão de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Estadual, de Santa Catarina e do Estado sede da empresa;

d) Certidão Negativa de Débitos Municipal, do Município sede da empresa;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

§3º— A não apresentação dos documentos enunciados neste artigo implica na suspensão do pagamento da fatura até a apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

§4º— O pagamento da fatura será sustado, verificada execução defeituosa do Contrato, enquanto persistirem restrições quanto aos serviços prestados no período a que a mesma se refere. Também será sustado o pagamento se existente débito pendente de satisfação para com a CONTRATANTE ou com terceiros, relacionados com o Contrato.

§5º— Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação, direito à atualização monetária do preço.

Da Atualização por Inadimplemento

§6º— Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, e desde que não haja pendências relativas à execução do Contrato, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e art. 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Da Alteração do Contrato e do Reajuste

§7º – O Contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e modificações ulteriores;

I – Para as alterações qualitativas e quantitativas o contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

II – Na hipótese de prorrogação, o valor do contrato poderá ser reajustado após 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta pelo índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, na forma do art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/93.

§ 8º - A revisão de preços poderá ser concedida pelo contratante, a partir da análise e discussão de planilha que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela contratada à (ao) contratante, nos termos do art. 65, inc. II, letra “d” da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Dotação Orçamentária

O pagamento do presente contrato correrá à conta dos recursos consignados no orçamento:

Órgão	41000	Gabinete do Governador do Estado
Unidade Orçamentária	41001	Casa Civil
Subsação	15092	Gestão e manutenção dos serviços administrativos gerais da Casa Militar - SCM
Célula Orçamentária	33.90.30 33.90.31 44.90.52	Material de Consumo Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras Equipamentos e Material permanente
Fonte de Recurso	0100	Ano de 2021

CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo de Vigência do Contrato

O prazo de vigência do Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da sua assinatura.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações das Partes

I - DA CONTRATADA:

- 5.1 - Fornecer objeto deste contrato, de acordo com as especificações constantes no **Anexo I** do edital , em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor.
- 5.2 - Os itens a serem fornecidos devem ser novos, livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do CONTRATANTE diretamente por intermédio de terceiros, durante toda a execução do contrato, sendo rejeitados os produtos ou não aprovados os que apresentarem defeitos ou que sejam impróprios para uso deverão ser imediatamente substituídos pelo CONTRATADO, sem qualquer custo adicional.
- 5.3 - Todos os materiais, incluindo seus itens acessórios, deverão ser novos, de primeiro uso, e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens lacradas, no local indicado pelo CONTRATANTE, sem ônus adicional.
- 5.4 - O aceite do objeto pela CONTRATANTE, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do objeto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.5 - Caso seja detectado algum problema no fornecimento ou no serviço prestado, este será levado formalmente ao conhecimento da CONTRATADA.
- 5.6 - Reparar, corrigir e remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos.
- 5.7 - A CONTRATADA deverá sanar a irregularidade dentro do prazo que for estabelecido ou apresentar manifestação no prazo estabelecido na notificação emitida.
- 5.8 - Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade ao Órgão Fiscalizador ou ao acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 5.9 - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela administração pública.
- 5.10 - Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato.
- 5.11 - Entregar o objeto pelo preço contratado, sem nenhum custo adicional (seguros, impostos e taxas, transporte, frete ou qualquer outro encargo necessário à execução do objeto do Contrato), no prazo estabelecido pela CONTRATANTE.
- 5.12 - Atender a legislação pertinente ao objeto.
- 5.13 - Entregar o objeto na Secretaria Executiva da Casa Militar – Coordenadoria de Cerimonial, localizada na Rodovia SC 401, KM 5, nº 4.600 – Bloco 3 – Centro Administrativo – Bairro Saco Grande, no período das 13:00 às 19:00 horas.

II – DO CONTRATANTE:

- 5.14 - Gerenciar o Termo de Contrato, em conformidade com a legislação vigente.
- 5.15 - Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Contrato.
- 5.16 - Encaminhar para pagamento, após a devida conferência dos quantitativos e valores faturados pela CONTRATADA.
- 5.17 - Efetuar os pagamentos referentes aos serviços prestados pela CONTRATADA.
- 5.18 - Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.19 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.
- 5.20 - Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades que porventura sejam observadas no material fornecido.

CLÁUSULA SEXTA – Da Garantia do produto

A CONTRATADA deverá prestar garantia mínima de 12 (doze) meses, contra quaisquer defeitos de fabricação, a contar da data do recebimento, durante os quais caberá à Contratada reparar ou substituir, sem ônus para a Contratante, o bem que acuse defeito de fabricação, que porventura deva apresentar.

I - Durante o período de garantia a CONTRATADA deverá encarregar-se e responsabilizar-se pela retirada, embalagem, frete, entrega do produto sem qualquer ônus à contratante.

II - Caso o material ofertado apresente defeito de fabricação a CONTRATADA deverá providenciar a sua troca no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Alteração Contratual por Aditamento



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, por meio de aditamento, observadas as disposições do art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

PARÁGRAFO ÚNICO – O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – Da Inexecução e da Rescisão do Contrato

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

I.I – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:

a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

II – Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração que será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

III – Judicialmente, na forma da legislação vigente;

IV – E ainda:

a) se devidamente notificada não for realizada a correção dos defeitos ou deficiências nos serviços prestados;

b) no descumprimento das condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, bem como das condições constantes da proposta e deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – Das Sanções Administrativas

O não cumprimento das normas de licitação e obrigações contratuais assumidas sujeitam à Contratada as seguintes sanções:

I – Advertência: A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando a contratada descumprir qualquer obrigação.

II – Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso da não entrega do objeto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão: A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o Contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal.

IV - Declaração de inidoneidade:

Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública.

§ 1º – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada.

§ 2º – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 3º – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada (Cadastro de Fornecedores do Estado de Santa Catarina - CCF).

§ 4º – Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Acompanhamento e Fiscalização do Contrato



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

A CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução dos serviços, objeto deste Contrato.

- a) A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Coordenador de Cerimonial da Secretaria Executiva da Casa Militar –SCM, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.
- b) A fiscalização exercida pelo fiscal do contrato, não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATANTE, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.
- c) O fiscal designado, anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas, elaborando relatórios mensais sobre os serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Cláusula Anticorrupção (Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 1/2020)

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

- I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nº 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Vinculação

Vincula-se o presente Contrato às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, o Edital , à proposta da CONTRATADA, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

Florianópolis/SC, data da assinatura digital.

assinado digitalmente
Representante da Contratante
Secretário-Chefe da Casa Civil

Representante da Contratada
Representante da empresa



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO 011/2022-SCC**

DECLARAÇÃO SOBRE ICMS

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

DECLARAMOS que a isenção de ICMS prevista no Convênio CONFAZ nº 26/03 não se aplica a esta operação e, portanto, esta empresa não precisará dar o desconto equivalente ao imposto dispensado após a fase de lances do pregão, tendo em vista o seguinte motivo, conforme subitem 2.2 do Edital de pregão eletrônico nº **027/2021-SCC**, instaurado pela Casa Civil:

- () a empresa está cadastrada no SIMPLES/Nacional.
() a empresa não está sediada em Santa Catarina.
() os produtos estão sujeitos ao regime de substituição tributária, e a empresa se enquadra na situação de estabelecimento substituído.

Local e data,

**NOME, CARGO E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESA**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CASA CIVIL
GABINETE DO SUBCHEFE
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2022-SCC**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO

Conforme especificação mínima constante no Anexo I deste Edital

LOTE X – XXX				
Item	Descrição do Produto	Qtde.	Valor unitário	Valor total
Total				

LOTE X – XXX				
Item	Descrição do Produto	Qtde.	Valor unitário	Valor total
Total				



Assinaturas do documento



Código para verificação: **F2E1N1A4**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

 **ERON GIORDANI** (CPF: 894.XXX.099-XX) em 16/03/2022 às 15:14:39
Emitido por: "SGP-e", emitido em 01/12/2020 - 09:36:09 e válido até 01/12/2120 - 09:36:09.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NNXzEwMDg3XzAwMDAwOTY1Xzk2NV8yMDIxX0YyRTFOMUE0> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCM 00000965/2021** e o código **F2E1N1A4** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.